

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

01. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a fim de lhes facultar o desenvolvimento:

- (A) físico, mental, religioso, econômico e cultural.
- (B) físico, mental, moral, espiritual e social.
- (C) físico, econômico, espiritual, ético e social.
- (D) físico, mental, ético, espiritual e social.

02. Assinale a alternativa correta, conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, sobre a quem cabe a responsabilidade de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

- (A) Família, Estado, comunidade em geral e Igreja.
- (B) Poder público, família e sistema de garantia de direitos.
- (C) Estado, família, comunidade e Conselho Tutelar.
- (D) Família, comunidade, sociedade em geral e poder público.

03. Com base no direito à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir.

I) A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência.

II) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade.

III) Os detentores da guarda possuem o prazo de 30 (trinta) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

IV) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

V) A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar não poderão participar de programa de apadrinhamento.

Assinale a alternativa cujos itens estão corretos.

- (A) I, II e V, somente.
- (B) I, III e V, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, IV e V, somente.

04. Conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, qual a definição de família ampliada?

- (A) Aquela formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- (B) Aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com vínculos de afinidade e afetividade.
- (C) Aquela que possui a guarda ou tutela e não possui grau de parentesco.
- (D) Aquela que mantém vínculo, afinidade e afetividade entre os descendentes.

05. Tendo como referência a Lei nº 8.069/1990, sobre a guarda, é correto afirmar que:

- (A) é prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- (B) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.
- (C) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de curatela e adoção, exceto no de adoção.
- (D) quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais.

06. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, sendo assegurada ao adolescente até essa idade uma:

- (A) Bolsa Salário.
- (B) Bolsa Aprendizagem.
- (C) Bolsa Estudo.
- (D) Bolsa Família.

07. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos.

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente.

III - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais.

IV - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes.

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Assinale a alternativa cujos itens estão corretos.

- (A) I, II e V, somente.
- (B) I, III e IV, somente.
- (C) I, II, IV, somente.
- (D) I, IV e V, somente.

08. As entidades de atendimento governamentais e não governamentais serão fiscalizadas pelo:

- (A) Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares.
- (B) Judiciário, Ministério Público e Conselhos de Direitos.
- (C) Judiciário, Poder Público e Conselhos Tutelares.
- (D) Judiciário, Ministério Público e Conselhos de Assistência Social.

09. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Sobre as medidas socioeducativas aplicadas, quando da prática de ato infracional, é correto o que se afirma em qual item?

- (A) A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, desconsiderando as circunstâncias e a gravidade da infração.
- (B) Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento igualitário e especializado, sem diferenciação dos demais.
- (C) As medidas socioeducativas previstas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
- (D) Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem à punição e ao castigo adequado.

10. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual a medida socioeducativa sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento?

- (A) Prestação de serviços à comunidade.
- (B) Liberdade assistida.
- (C) Regime de semiliberdade.
- (D) Internação.

11. De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a remissão como exclusão, suspensão e extinção do procedimento judicial de apuração de ato infracional, não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, **EXCETO**:

- (A) semiliberdade e advertência.
- (B) internação e semiliberdade.
- (C) internação e prestação de serviços à comunidade.
- (D) obrigação de reparar o dano e liberdade assistida.

12. Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, escreva V (**verdadeiro**) ou F (**falso**) para o que se afirma nos itens abaixo.

() Atender as crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 8.069/90 forem ameaçados ou violados.

() Aplicar todas as medidas de proteção previstas na lei a crianças e adolescentes.

() Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

() Expedir determinação de afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

() Representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar.

Está correta, a seguinte sequência, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F, V.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) F, F, V, V, V.
- (D) F, V, F, V, V.

13. Sobre o processo e escolha dos membros do Conselho Tutelar, conforme a Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar.

- (A) O processo de escolha é estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 3 (três) anos.
- (C) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato entregar brindes ao eleitor, desde que seja de pequeno valor.
- (D) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

14. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o órgão competente para conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente:

- (A) Entidades de Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) Conselho da Criança e do Adolescente.
- (C) Justiça da Infância e da Juventude.
- (D) Conselho Tutelar.

15. Considerando a Lei nº 8.069/1990, as definições das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos fundos dos direitos das crianças e adolescentes serão direcionadas pelo disposto no:

- (A) Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
- (B) Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e Plano Nacional pela Primeira Infância.
- (C) Plano Nacional pela Primeira Infância.
- (D) Plano de Defesa, Garantia e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE À CRIANÇA E ADOLESCENTE

16. Assinale a opção correta quanto aos poderes conferidos ao Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção.

- (A) Encaminhamento à vara especializada do Poder Judiciário, mediante termo de responsabilidade.
- (B) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- (C) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio financeiro, supervisão e reclusão a alcoólatras e toxicômanos.
- (D) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino superior.

17. A respeito das atribuições do Conselho Tutelar, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 1.077/2023, marque a alternativa falsa.

- (A) Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária.
- (B) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.
- (C) Expedir mandados.
- (D) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

18. Assinale a opção que contém exemplo em que a sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância.

- (A) Promovendo ou participando de campanhas e ações que visem aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano.
- (B) Criando, apoiando e participando de redes de proteção e atenção à criança nas escolas.
- (C) Executando ações diretamente ou em parceria com outras entidades privadas.
- (D) Formulando políticas e controlando ações, por meio de órgãos públicos.

19. Configura exemplo de medida a ser adotada pelo juiz em caso de recebimento de expediente com o pedido em favor de criança e de adolescente em situação de violência doméstica e familiar.

- (A) Determinar a apreensão de arma de fogo sob a posse do agressor, desde que requerida pelo Ministério Público.
- (B) Conhecer do expediente e do pedido e designar audiência para ouvir a autoridade policial sobre as medidas protetivas de urgência.
- (C) Comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.
- (D) Determinar o encaminhamento do responsável pela criança ou pelo adolescente ao órgão policial.

20. Marque a alternativa correta.

- (A) Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante qualquer órgão público.
- (B) O depoimento especial reger-se-á por protocolos e será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.
- (C) A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que comprovadamente tenha praticado ato de ameaça, coação ou constrangimento.
- (D) Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

21. Marque a alternativa que **NÃO** indica ação destinada a garantir condições adequadas para o funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - módulo Conselho Tutelar (SIPIA Conselho Tutelar).

- (A) Local adequado para utilização do SIPIA Conselho Tutelar, nas dependências de qualquer órgão do Poder Executivo.
- (B) Acesso ao portal do SIPIA Conselho Tutelar.
- (C) Infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso ao sistema.
- (D) Acesso ao portal do SIPIA Conselho Tutelar.

LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

22. A educação básica obrigatória, de acordo com a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, está organizada da seguinte forma:

- (A) Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- (B) Creche, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- (C) Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- (D) Pré-Escola e Ensino Fundamental, até o 5º Ano.

23. De acordo com Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742/1993, a assistência social é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Portanto, é:

- (A) direito do cidadão e dever do Estado.
- (B) dever do cidadão e direito do Estado.
- (C) direito do cidadão e dever da família.
- (D) dever do cidadão e direito da família.

24. Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742/1993, de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho, é denominado:

- (A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- (B) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).
- (C) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
- (D) Benefício de Prestação Continuada (BPC).

25. Assinale a alternativa que apresenta um objetivo da Assistência Social, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742/1993.

- (A) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- (B) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- (C) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- (D) O amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

26. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tem por objetivo promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante a atenção e cuidados integrais e integrados da gestação aos 9 (nove) anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento. Assinale a alternativa que apresenta um princípio da PNAISC.

- (A) Planejamento e desenvolvimento de ações.
- (B) Prioridade absoluta da criança.
- (C) Intersetorialidade.
- (D) Promoção da saúde.

27. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) se estrutura em 7 (sete) eixos estratégicos, com a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança no território nacional. Dentre eles o eixo da atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido, que se refere à:

- (A) estratégia para o diagnóstico precoce e a qualificação do manejo de doenças prevalentes na infância e ações de prevenção de doenças crônicas e de cuidado dos casos diagnosticados, com o fomento da atenção e internação domiciliar sempre que possível.
- (B) articulação de um conjunto de estratégias intrasetoriais e intersetoriais, para inclusão dessas crianças nas redes temáticas de atenção à saúde, mediante a identificação de situação de vulnerabilidade e risco de agravos e adoecimento, reconhecendo as especificidades deste público para uma atenção resolutiva.
- (C) melhoria do acesso, cobertura, qualidade e humanização da atenção obstétrica e neonatal, integrando as ações do pré-natal e acompanhamento da criança na atenção básica com aquelas desenvolvidas nas maternidades, confirmando-se uma rede articulada de atenção.
- (D) estratégia ancorada na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, iniciando na gestação, considerando-se as vantagens da amamentação para a criança, a mãe, a família e a sociedade, bem como a importância de estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

28. - Em um editor de texto, como o Microsoft Word, uma maneira de copiar um texto selecionado e colar em outro local do documento é através dos atalhos de teclado:

- (A) Ctrl + C, Ctrl + V
- (B) Ctrl + B, Ctrl + S
- (C) Ctrl + Esc, Ctrl + Ç
- (D) Alt + Tab, Ctrl + Alt

29. Suponha que seja necessário anexar um documento de texto a um e-mail e o arquivo possui um tamanho maior que o permitido para envio. Uma maneira de reduzir o tamanho do arquivo, para o envio, seria:

- (A) anexá-lo duas vezes no e-mail.
- (B) enviá-lo para a lixeira.
- (C) compactá-lo no formato ZIP.
- (D) compactá-lo no formato PDF.

30. Um aplicativo de planilha eletrônica, como o Microsoft Excel, é capaz de utilizar fórmulas para automatizar cálculos. Uma das fórmulas mais utilizadas que soma células indicadas é a fórmula:

- (A) RAIZ
- (B) SOMA
- (C) SUB
- (D) MEDIA

PROVA DISCURSIVA

PROPOSTA

Leia o seguinte texto: “Dia 18 de novembro é comemorado o Dia do Conselheiro Tutelar. Estes profissionais são de suma importância para a manutenção de famílias e uma sociedade mais segura. [...] ‘Veja os serviços de proteção aos direitos e garantias das crianças e dos adolescentes como uma roda. A função do Conselho Tutelar é estar no meio dela, fazendo que ela gire e funcione da forma mais orgânica possível’, essa é uma das definições que o conselheiro Fernando Prata afirma para quem pergunta qual é a sua função”.

In <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a-importancia-do-conselheiro-tutelar/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

Vê-se que o papel do Conselheiro Tutelar é muito importante para a sociedade. Explique como o Conselheiro pode atuar da melhor forma possível e quais parcerias ele pode criar para executar os objetivos estabelecidos pela legislação brasileira que normatiza “a proteção integral das crianças e adolescentes”. O seu texto deve ser dissertativo-argumentativo, em prosa, com base na norma culta da língua portuguesa e deve ter o limite mínimo de 15 (quinze) linhas e o máximo de 20 (vinte) linhas.

FOLHA DE RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	